

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – LINHA EDITORIAL.....	7
-------------------------------------	---

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

Diálogo de fuentes en el Derecho Ambiental <i>Diálogo de fontes em Direito Ambiental</i> NÉSTOR ALFREDO CAFFERATTA	19
--	----

A tragédia dos comuns em meio à abundância: uma análise da gestão dos recursos hídricos no Estado do Pará e o instrumento da cobrança do uso de água <i>The tragedy of the commons amid the abundance: an analysis of water resource management in the state of Pará and the water tax instrument</i> FERNANDO LOURENÇO MATOS LIMA e ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA.....	37
---	----

<i>Compliance ambiental: da sua origem às novas perspectivas jurídicas de proteção do meio ambiente</i> <i>Environmental compliance: from its origin to new legal perspectives for environmental protection</i> BRUNO TEIXEIRA PEIXOTO, LUIZ FERNANDO ROSSETTI BORGES e MARIA LEONOR PAES CAVALCANTI FERREIRA CODONHO.....	55
--	----

Mineração, deslocados e desamparados ambientais: os casos de Mariana e Brumadinho <i>Mining, environmentally displaced and forsaken: the cases of Mariana and Brumadinho</i> LUCIANE MARTINS DE ARAÚJO, JOSÉ ANTÔNIO TIETZMANN E SILVA e DIMAS PEREIRA DUARTE JUNIOR.....	85
---	----

AMBIENTAL – CIVIL

A responsabilidade de reparação dos passivos ambientais quando da desativação de empresas

Responsibility to repair environmental liabilities when disabling companies

SHEILA BIRCK e JULIANE ALTMANN BERWIG 121

A responsabilidade das empresas no descarte de resíduos eletrônicos

The corporate responsibility in the disposal of eletronic waste

ÉLCIO NACUR REZENDE e LORENA DOLABELA MARQUES..... 135

AMBIENTAL – PROCESSO CIVIL

As verdades da mineração: os termos de ajustamento de conduta entre o Ministério Público do Trabalho e as mineradoras na Bahia

The truth of mining: the terms of adjustment of conduct between the Ministry of Labor and the miners in Bahia

FAGNER SAMPAIO FILADELFO 157

A importância dos instrumentos jurídicos no caso de conflitos socio-ambientais: o *amicus curiae* e a ação direta de inconstitucionalidade acerca da recategorização da unidade de conservação da Serra do Tabuleiro

The importance of legal instruments in the socio-environmental conflicts: the amicus curiae and the action of unconstitutionality about the recategorization of the conservation unit Serra do Tabuleiro state park

ISABELE BRUNA BARBIERI e LETÍCIA ALBUQUERQUE 167

A (im)prescritibilidade das pretensões de reparação pelos danos difusos ao macrobem e individuais ao microbem ambiental

The (lack of) statute of limitation deadline for remedy claims involving diffuse environmental damages at a macro-level and individual damages at a micro-level

CATHARINE BLACK LIPP JOÃO 191

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade na gestão de resíduos sólidos da indústria têxtil: quadro comparativo entre a legislação ambiental aplicada na Europa, no Brasil e no polo industrial do município de São Paulo

Sustainability in the management of textile industry waste: comparative framework of the applied environmental legislation on Europe, Brazil and São Paulo industrial pole

ALLAN DEGÁSPERI, MÔNICA ALMEIDA PEÑA, NATHÁLIA MOURA SANT'ANNA e ANDREIA COSTA VIEIRA..... 213

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

Adjudicación Socioambiental en casos estructurales de Argentina y Brasil: aprendizaje mutuo y estrategias comparadas

Socio-environmental adjudication in structural cases of Argentina and Brazil: mutual learning and comparative strategies

ESTEBAN NADER e KARINA DENARI G. DE MATTOS 239

Análise da implementação das contribuições nacionalmente determinadas pelo Estado Brasileiro no Acordo de Paris

Analysis of the implementation of contributions nationally determined by the Brazilian State in the Paris Agreement

MARIA CLARA DE JESUS MANIÇOBA BALDUINO..... 307

O direito internacional do meio ambiente e a defesa dos direitos humanos na responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito público em face dos crimes contra o ecossistema nas relações exteriores de consumo na sociedade da informação

International environmental law and the defense of human rights in the penal responsibility of the legal person of public law in the face of crimes against the ecosystem in external consumer relations in the information society

EMERSON PENHA MALHEIRO 337

Análise do caso Kivalina v. Exxon Mobil Corporation nos Estados Unidos e a resolução hipotética do caso no Brasil <i>Analysis of Case of Kivalina v Exxon Mobil Corporation in the United States and the hypothetical resolution of the case in Brazil</i> VLADIMIR PASSOS DE FREITAS, NICOLLE SAYURI FRANÇA UYETAQUI e LUIZA DERETTI MARTINS.....	363
Litigância climática e o Superior Tribunal de Justiça <i>Climate change litigation and the Superior Court of Justice</i> DÉLTON WINTER DE CARVALHO e KELLY DE SOUZA BARBOSA	385

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

É inconstitucional norma estadual que condiciona a aprovação de licença ambiental pelo Poder Legislativo para a construção de centrais termelétricas e hidroelétricas, por violação ao princípio da separação de poderes LUIZE DUARTE PIVETTA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	407
Definição por órgão estadual de procedimentos específicos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto legal não viola a Constituição, porém, a dispensa de licenciamento para atividades potencialmente poluidoras afeta o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e fere os princípios da prevenção e precaução MARIANA DE CARVALHO PERRI e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	411
Suspensão, até o julgamento do mérito, dos efeitos da Resolução do Conama que dispõe sobre licenciamento de empreendimentos em áreas de preservação permanente, tendo em vista os graves e imediatos riscos ao meio ambiente ALEXANDRE FERNANDES SILVA.....	418

É válido decreto presidencial que homologou a demarcação administrativa de terras indígenas por inexistência de vícios formais e observância das fases legais

CECÍLIA DE CASTRO ALGAYER e MARIANA ARRUDA GUIMARÃES..... 427

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

É objetiva, solidária e ilimitada, inclusive por omissão do ente público, a responsabilidade civil por danos ambientais causados por execução de obra pública de alargamento e pavimentação de estrada que resultou soterramento de área de preservação permanente

DANIELE GALVÃO DE SOUSA SANTOS..... 431

Cabível a devolução dos autos à origem para dar prosseguimento à ação civil pública, extinta por inépcia, contra pessoa incerta e não localizada, em razão do desmatamento ilegal da Floresta Amazônica. Desnecessidade de pessoalizar o transgressor, ademais, considerando que a responsabilidade é objetiva e adere ao imóvel

MONICA STAMM, MARIANA VICTOR CARVALHO COELHO e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA 435

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

É cabível liminarmente a suspensão dos efeitos de instrução normativa que disciplina regras demarcatórias de imóveis privados em relação às terras indígenas regularizadas ou em processo de demarcação, por manifesta prevalência do interesse particular em detrimento ao interesse público, ferindo a função social da propriedade

CECÍLIA DE CASTRO ALGAYER e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 441

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

Inaplicabilidade da teoria do fato consumado em matéria ambiental, mesmo que haja moradia no local há anos com a tolerância estatal, tendo em vista que a situação da construção irregular não se consolida com o tempo

ALESSANDRA ALMEIDA NEVES CÍCERO DE SÁ, LIVIA MARIA MARTINIANO LACERDA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 445

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.... 451